

Retrato atualizado da Maré

Após sucessivos adiamentos, coleta de dados domiciliares do IBGE começa em agosto em todo o Brasil; recenseamento é essencial para reunir informações sobre a situação atual do conjunto de favelas.

PÁGINAS 6 E 7

Confira ensaio fotográfico especial da edição que retrata o crescimento ao longo do tempo das regiões Roquete Pinto e Praia de Ramos.

PÁGINAS 8 E 9

Situação da menina de 11 anos que teve seu direito violado após um estupro torna importante lembrar os casos em que aborto é legalizado no Brasil.

PÁGINAS 12 E 13

Oficina de gastronomia que ensina a aproveitar alimentos integralmente marca o encerramento do projeto Impacto de Vida.

PÁGINAS 14 E 15

Saúde na Maré

Nova série do Maré de Notícias, Raio X da Saúde da Maré constrói seu primeiro capítulo ao contar a história dos equipamentos espalhados pelo bairro e sua relação com a definição de fronteiras no território.

PÁGINAS 6 E 7



GABILINO



Cesta básica

Com custo nas alturas e salário mínimo desvalorizado, o trabalhador tem cada vez mais dificuldade de comprar os itens essenciais que serviriam para compor a alimentação balanceada de uma família.

PÁGINA 10 E 11

EDITORIAL

O que unifica a Maré? Formando o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, as 16 comunidades somam mais de 140 mil habitantes e uma diversidade imensurável, mas também têm características que as unem. Sendo assim, uma palavra marcante para a nossa edição de agosto é identidade. E para uma melhor compreensão dos fenômenos sociais temos o Censo Demográfico do IBGE - assunto nacional, mas também local -. Com dois anos de atraso, o recenseamento será retomado e mareenses vão receber visitas de profissionais que coletarão dados para auxiliar, inclusive, na construção de políticas públicas para os próximos anos.

Além disso, o início da série de reportagens Raio X da Saúde na Maré também resgata uma parte da história da formação da região enquanto bairro reconhecido pela Prefeitura. Você sabia que a primeira unidade de saúde instalada em terras mareenses fica na Praia de Ramos? À época, o equipamento se chamava Pronto-Socorro Américo Veloso (atualmente Centro Municipal de Saúde). Este fato tem relação com a definição de limites do território do bairro.

Falar da cara da Maré também é falar de vacina. A 139ª edição do Maré de Notícias traz um chamado: você é um dos participantes da pesquisa #Vacina-Maré ou conhece alguém que faça parte do estudo? É hora da segunda coleta de sangue! Compareça a uma unidade de saúde ou ao Galpão Ritma - ou aproveite esse momento para chamar o vizinho que ainda não foi -. A participação de todas as pessoas envolvidas é essencial para que os resultados da análise sobre a imunização sejam os mais fiéis possíveis.

Esperamos que você receba a edição do mês de agosto com muita saúde. E nunca é demais repetir: esse canal é seu. Fique à vontade para nos chamar no WhatsApp: (21) 97271-9410 e compartilhar sua sugestão, reclamação ou elogio. Uma boa leitura, acompanhe nossas publicações no site e até a próxima edição!

CHARGE - NANDO MOTTA



ALÔ MORADOR! ESTE ESPAÇO É SEU. ENVIE SUA POESIA, FOTO, RECEITA OU PIADA.

(21) 97271-9410

maredenoticias@gmail.com

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes da **maré**

PARCERIA:

actionaid

MARÉ
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.mareonline.com.br
maredenoticias@gmail.com
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré

EDITORA EXECUTIVA E
JORNALISTA RESPONSÁVEL

Jéssica Pires

EDITORA

Tamyres Matos
(Mtb 32434/RJ)

COORDENADORES DE
DISTRIBUIÇÃO:

João Lins e Silva

Lenny Aquino

Lucas Frederico Brandão

Thuany Vieira Nascimento

DISTRIBUIDORES:

Cristiane dos Santos

Jonathan Ribeiro Da Cruz

Larissa Oliveira

Pedro de Oliveira

Thuany Vieira Nascimento

Vagner Moreira Pires

Valdemir Gomes da Cunha

Júnior

COLABORARAM NESTA
EDIÇÃO

Adriana Pavlova

Azmina

Dani Moura

(Mtb 24422/RJ)

Daniela Lopes

Giulia Costa

Hélio Euclides

Jorge Melo

Julia Silva

Luciana Bento

Samara Oliveira

FOTOGRAFIA

Gabi Lino

Jean Victor

Matheus Afonso

REVISÃO

Julia Marinho

PROJETO GRÁFICO

Mórla_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO

Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Parque gráfico da Infoglobo

TIRAGEM

50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO

REPRESENTAM A OPINIÃO

DO JORNAL

PERMITIDA A REPRODUÇÃO

DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA

A FONTE

**Acompanhe o Maré de Notícias
na internet!**



@maredenoticiasoficial



www.mareonline.com.br



@maredenoticias



(21) 97271-9410



@MareNoticias



maredenoticias@gmail.com

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, via redes sociais (@maredenoticias) ou ainda pelo email contato@maredenoticias.com.br e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

Maré também é casa da ciência

Pesquisa realizada após a vacinação em massa dá suporte a estudos sobre a eficácia da vacina, as variantes do coronavírus e os efeitos da doença a longo prazo

LUCIANA BENTO*

A campanha #VacinaMaré, que teve início no fim de julho de 2021, foi um marco no combate à covid-19 no território. Com a imunização de um alto percentual de moradores em tempo recorde, a Maré se tornou o local ideal para o *Vacina Maré*, levantamento de dados para uma série de importantes estudos que têm auxiliado no enfrentamento ao coronavírus no mundo.

Liderado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a Redes da Maré e a Prefeitura do Rio, a pesquisa dá suporte a estudos que tratam da eficácia da vacina, de variantes do coronavírus e dos efeitos da doença a longo prazo (a chamada covid longa, doença já reconhecida e classificada pela Organização Mundial da Saúde).

No entanto, este não é um processo simples. Afinal, cerca de duas mil famílias moradoras da Maré (mais ou menos 6.500 pessoas, incluindo crianças) precisam ser monitoradas ao longo de pelo menos dois anos.

É aí que entra a equipe de mobilizadores e articuladores, em sua maioria moradores do território, que atua em conjunto com os agentes comunitários de saúde (ACS) ligados às clínicas da família. Batendo de porta em porta, eles fazem o trabalho de esclarecer os moradores sobre o andamento do Vacina Rio e de convidá-los a coletar sangue e responder a entrevistas.

A articuladora **Elizabeth Gonçalves**, de 34 anos, moradora de Rubens Vaz, faz parte dessa equipe. Ela busca participantes da pesquisa por meio de visitas domiciliares a moradores que ainda não se apresentaram para a segunda coleta de sangue visando o exame sorológico (a primeira foi feita em 2021). “Por mais que as pessoas não entendam a metodologia da pesquisa, elas compreendem a importância de um estudo como este da Fiocruz acontecer aqui”, explica.

Para Elizabeth, que é estudante de Geografia, ter uma equipe formada por moradores é fundamental não só pelo conhecimento do território, como pela proximidade com as pessoas e compreensão da realidade da favela: “A Maré reúne 16 favelas distintas, com suas culturas e pe-

culiaridades, e ter pessoas com sensibilidade para entender estas características é um grande diferencial, principalmente para o sucesso da pesquisa.”

Uma das participantes acompanhadas pela articuladora é a dona de casa **Helena Maria Gomes da Silva**, de 67 anos. Moradora do Parque União, ela teve contato com a pesquisa durante a campanha #VacinaMaré e resolveu aderir.

“Fiquei muito tempo afastada dos netos durante a pandemia e, graças à vacina, a situação está mais calma e já posso conviver com minha família e os amigos. Este estudo é importante pra saber se a vacina vai continuar protegendo a gente; por isso estou participando dele”, conta.

Ela observa o que o cenário epidemiológico já mostrou: “Depois que a vacina contra a covid foi distribuída você não vê mais ninguém internado e nem morrendo. Se acontece ainda é com pessoas que não estão se vacinando. Aqui em casa coloco todo mundo pra vacinar. É filho, é nora, é marido... Levo todo mundo!”

Parcerias fundamentais

Além dos mobilizadores, os agentes comunitários de saúde (ACS) atuam no esclarecimento de moradores e na coleta de material para o teste sorológico. A parceria com a Secretaria Municipal de Saúde é fundamental para o andamento do estudo, já que as clínicas da família (referência em saúde para os moradores) tem capilaridade no território.

A técnica de enfermagem **Daniele Brito**, de 40 anos, moradora da Nova Holanda, trabalha na pesquisa e é agente de saúde. Ela considera especial o fato de a pesquisa acontecer na Maré: “É a única favela do Brasil que tem uma pesquisa desse porte; isso já diz muito sobre a importância do estudo.”

Para ela, trabalhar no combate ao coronavírus e ajudar na proteção dos moradores tem um significado ainda mais profundo. “Perdi um tio logo no início da pandemia, em abril de 2020. A esposa de outro tio faleceu na semana seguinte. Em 2021, meu irmão e minha cunhada foram internados no CTI, eu tive covid, minha filha teve, minha família



Mareenses chegaram a receber equipe da pesquisa em suas casas durante o processo toda foi contaminada... Foi bem difícil”, desabafa.

Segundo Daniele, “a covid deixou em mim marcas muito fortes, então me sinto lisonjeada de trabalhar na pesquisa, em algo que vai beneficiar não só a comunidade, como as pessoas de todo o mundo”.

Convidada a participar do estudo também durante a campanha #VacinaMaré, a técnica de enfermagem **Roberta Gomes**, de 40 anos, moradora da Nova Holanda, percebe que a pesquisa, por acontecer em uma favela, abrange pessoas que não teriam acesso a estudos como esse: “É algo que beneficia todo mundo, estou muito feliz de participar.”

Com 19 anos, a estudante do Parque União **Kaylane Evelin Alves** é um exemplo de como a covid preocupa pessoas de todas as idades. Convidada pela madrastra a participar da pesquisa, ela tem achado a experiência interessante: “Eu nunca vi esse tipo de trabalho científico por aqui; é um movimento que incentiva a tomar vacinas, e não só contra a covid, como outras doenças também.”

FAZ PARTE DA PESQUISA OU CONHECE ALGUÉM QUE FAÇA?

É hora da segunda coleta de sangue!

- Vá a uma unidade de saúde ou ao Galpão Ritma (Rua Teixeira Ribeiro, 521 – Parque Maré) de segunda a sexta, das 9h às 16h
- Mande sua dúvida para o WhatsApp: 99924-6462

Vamos conhecer a cara atualizada da Maré

Coleta de dados domiciliar do Censo Demográfico do IBGE começa em agosto em todo Brasil

HÉLIO EUCLIDES

“**A**té o IBGE passou aqui e nunca mais voltou. Numerou os barracos, fez uma pá de perguntas...”. Esse é um fragmento da música Homem na Estrada, composta por Mano Brown, líder do Racionais MC's. No site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Melissa Ronconi, professora da Fundação Instituto de Educação de Barueri discordou do cantor. “Se o Mano Brown tivesse esperado dez anos, o IBGE teria voltado”, diz. Contudo, esta edição demorou um pouco mais para acontecer devido a pandemia, em 2020, e por falta de orçamento em 2021.

A Maré não vai ficar de fora: é primordial receber bem os profissionais responsáveis pela coleta de dados, fundamentais para a compreensão do cenário atual e a formulação de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida da população.

O levantamento de informações vai atingir 89 milhões de endereços, sendo 75 milhões de domicílios (215 milhões de habitantes) nos 5.568 municípios do Brasil. O Censo 2022 será a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população.

O recenseamento é uma das mais complexas e grandiosas operações estatísticas: precisa cobrir um território de mais de 8,5 milhões de quilômetros



Levantamento de informações vai atingir 89 milhões de endereços, sendo 75 milhões de domicílios (215 milhões de habitantes) nos 5.568 municípios do Brasil

quadrados para retratar as condições de vida dos brasileiros e imigrantes que vivem no país. O registro de dados é feito via dois tipos de questionário: o ampliado ou da amostra, com 77 perguntas, que será aplicado em 11% dos domicílios do país; e o questionário simplificado ou básico, com 26 perguntas, a ser preenchido nos restantes 89% dos domicílios.

Retrato populacional

Além da contagem de população, o censo mapeia e identifica como são oferecidos os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto e de lixo, e fornecimento de energia elétrica. Mostrar as características geográficas é fundamental para conhecer as singular-

idades do território e monitorar as mudanças ao longo do tempo. Em 2022, o Brasil completa 150 anos de história de recenseamentos. O primeiro censo foi realizado em 1872, contabilizando 9,9 milhões de habitantes.

O questionário básico traz os seguintes blocos de perguntas: identificação e características do domicílio, informações sobre moradores, identificação étnico-racial, registro civil, educação, rendimento do responsável pelo domicílio, mortalidade e dados da pessoa que prestou as informações. Já o questionário da amostra, além dos blocos contidos no questionário básico, investiga também trabalho, rendimento, nup-

cialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, pessoas com deficiência e autismo, migração interna e internacional, e deslocamento para estudo e para trabalho. O tempo médio para o preenchimento dos dois tipos de questionário é de 5 e 16 minutos, respectivamente.

Os recenseadores podem ser identificados pelo uniforme: colete, boné, crachá e computador de mão. É possível confirmar a identidade do profissional no site respondendo.ibge.gov.br ou pelo telefone 0800 721 8181. Serão visitados todos os domicílios do país; qualquer morador, acima de 12 anos e capaz de preencher os questionários, pode responder ao recenseador.



Censo já começou na Maré: em julho, foi realizado mapeamento no território

Um raio X do Censo

O especialista em demografia e geografia **Ricardo Dagnino** lembra que o censo é apenas uma das muitas pesquisas realizadas pelo IBGE. Entre 2002 e 2004 ele trabalhou na fundação como agente de pesquisa para avaliar o desemprego nas periferias de Porto Alegre, especificamente nas vilas, como são conhecidas as favelas no Rio Grande do Sul. “O meu trabalho era sem falhas, pois era fiscalizado por supervisores. Isso mostra que as informações coletadas são verídicas e exatas”, conta.

Atualmente professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ele aponta que o país está “dois anos atrasado, por vários fatores, mas principalmente pelo corte de verbas. Outro erro surgiu em 2019, quando o governo federal começou um processo de desinformação e descrédito das instituições, incluindo o IBGE. Isso é assédio institucional. O IBGE é reconhecido mundialmente por realizar um trabalho sério”, diz. Segundo ele, o censo é praticamente uma operação de guerra, com grande logística para atender todo o país.

Uma apreensão é o medo da violência, que pode prejudicar o recenseador. “Uma meta é sensibilizar os síndicos e garantir que o recenseador esteja bem identificado, com uso de bonezinho,

crachá e colete. Nunca tive problema nas favelas, que recebem bem o recenseador. Quando atuei, era chamado para entrar e tomar um cafezinho. No condomínio é diferente, não passava da porta e perguntavam se iria demorar”, comenta. Ele garante que trabalhar como recenseador é uma escola, pois aprendeu como se aproximar das pessoas. Ele se identifica como um ibgeano.

O resultado final do censo vai contribuir para que as políticas públicas, como saneamento básico, vagas nas escolas e a mobilidade urbana cheguem na favela de forma mais qualificada. Os indicadores vão servir para identificar onde há necessidade pelos serviços oferecidos.

“Vai ser como calibrar um pneu, para que fique cheio e sem risco de acidentes. Será possível ver o número alto da desigualdade social. Espero que o censo mostre a realidade. Chega de esconder como vem acontecendo”, diz o ex-recenseador. Segundo Ricardo, um resultado aguardado é o número maior de pessoas autoidentificadas como negras, resultado de um trabalho de reafirmação.

O Censo Demográfico na Maré

O censo chegou com plena força na Maré. Em julho ocorreram a observação do espaço urbano e o mapeamento. Agora é a vez da coleta de dados domiciliar. Na Maré foram montados dois postos de coletas, um na Nova Holanda e outro na Vila dos Pinheiros, funcionando de segunda a sexta, das 8h às 17h, nos prédios da Redes da Maré. São 120 recenseadores divididos em 11 equipes, com 90% de supervisores residentes da Maré.

Alguns moradores já estão ansiosos para responder os questionários — um deles é **Douglas Oliveira**, morador da Nova Holanda: “O censo qualifica o olhar e traz a sensibilidade do local. É possível, através dele, perceber as necessidades das comunidades. O censo fortalece as políticas

públicas, pois agrega a elas a precisão dos dados.” É possível também encontrar mareenses com dúvidas. “Ainda estou por fora do censo. Não sei se as respostas que dou ajudam ou não o Brasil”, conta **Luzinete da Silva**, moradora do Parque Maré.

Um recado importante do IBGE: o órgão tem o compromisso de não vazar dados pessoais — eles são sigilosos e informá-los ao recenseador é totalmente seguro. “Este ano, na opção ‘renda familiar’, se desejar o morador vai poder digitar o número para que nem o recenseador saiba o valor informado. Outra novidade é que além do recenseador ser identificado pelo uniforme, quem tiver dúvida também poderá verificar, pelo QR Code do crachá, as informações do funcionário”, explica a coordenadora censitária da Ilha do Governador e Maré, **Paula Costa**.

“É bom lembrar que este ano também é de eleição, mas não há políticos envolvidos no nosso trabalho. O resultado final vai ajudar nas políticas públicas e na defesa de direitos básicos. Os desafios são os mesmos das outras edições: fazer com que as pessoas passem as informações corretamente. Para isso, pedimos o apoio da população”, pede **Edson Passos**, substituto de chefe de área.

Segundo ele, o recenseador que não encontrar o morador em casa voltará outras vezes. A previsão é que a coleta de dados seja encerrada em três meses, mas esse prazo poderá ser estendido até dezembro.

CENSO EM NÚMEROS

Investimento de R\$ 2,3 bilhões, equivalente a R\$ 13,59 por pessoa

População de cerca de 215 milhões de pessoas

São 211 mil pessoas contratadas

Aproximadamente 89 milhões de endereços

Sendo 75 milhões de domicílios a serem visitados

Utilizando 183.538 Dispositivos Móveis de Coleta (DMC)

Um total de 6.044 postos de coleta

São 1.444 coordenações regionais ou subáreas

Gerenciadas por 566 agências do IBGE ativas

História do acesso à saúde no território da Maré

Primeira reportagem da série Raio X da Saúde da Maré analisa a importância das unidades de saúde do conjunto de favelas até mesmo para a unificação do território

SAMARA OLIVEIRA

O Dia Nacional da Saúde é celebrado no dia 5 de agosto, aniversário do médico e sanitarista Oswaldo Cruz. Por isso, o Maré de Notícias traz, na edição deste mês, a primeira reportagem da série **Raio X da Saúde na Maré**, que pretende revelar o panorama da saúde pública nos territórios e o que é oferecido à população mareense.

Atualmente, o Conjunto de Favelas da Maré conta com 11 unidades de saúde pública: uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), quatro Clínicas da Família (CF), três Centros Municipais de Saúde (CMS), um Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II), um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil II (CAPSi II) e um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas III (CAPSad III).

Mas essa estrutura não nasceu do dia para a noite. De acordo com pesquisas do coordenador de projetos na Redes da Maré **Henrique Gomes**, em 1970 foi aberta a primeira unidade de saúde da região: o pronto-socorro Américo Veloso, localizado na Praia de Ramos, território que faz limites com Olaria, o Complexo do Alemão e Bonsucesso. A unidade foi, durante um bom tempo, o que garantiu o acesso da população mareense ao direito básico à saúde. Algum tempo depois, ele se tornaria um Centro Municipal de Saúde (CMS), espaço popularmente chamado de posto

de saúde.

Ainda segundo o estudo, a Maré só foi reconhecida como bairro em 1994, e foi a Vila do João, uma das 16 favelas da Maré, a primeira a receber uma unidade de saúde pública depois da regularização do território. O CMS da Vila do João foi inaugurado somente em 2007, mas Henrique garante que ele já funcionava antes: "De 1983 a 1998, o posto estava sob gestão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Quando foi repassado à Prefeitura, ele ficou um tempo fechado, para reabrir depois como um equipamento público municipal."

A técnica de enfermagem **Nadir Damião**, que trabalha no local desde a reinauguração, teve como primeiro posto em saúde a unidade da Praia de Ramos. "Vim pra cá na campanha da poliomielite junto com outros profissionais do Américo Veloso. O trabalho lá foi importante porque treinamos a questão da proximidade com o território, com os moradores. Para mim foi marcante como minha primeira oportunidade de trabalho na área, depois de três anos formada", relembra a profissional de 67 anos.

Postinho da Vila do João

"Era uma casa muito engraçada/ não tinha teto, não tinha nada". A letra de Vinicius de Moraes relembra um passado não muito distante do CMS da Vila do João. Há cerca de dois anos era possível ver na unidade de saúde paredes com in-



Nadir Damião trabalha no posto da Vila do João desde a reinauguração, antes disso atuou na unidade da Praia de Ramos

filtrações, um pedaço do teto desabado por conta da chuva e partes da estrutura ameaçando cair por conta do mofo.

A falta de infraestrutura, além de desestimular os profissionais, afastava também os moradores. Ao longo dos anos, o posto da Vila do João foi sendo valorizado pelos órgãos públicos, além de ser reconhecido e valorizado como um serviço importante pela própria população.

O coordenador geral de Atenção Primária e mestre em Saúde Coletiva e Políticas Públicas **Thiago Wendel** relembra: "Em 2010, o Rio começou a reforma da atenção primária que foi referência para o mundo. O município do Rio de Janeiro saiu de 3% de cobertura e chegou no fim de 2016 com 70%. Ou seja, estamos falan-

do de somente 3% da população do município do Rio que tinha acesso à saúde, sabia quem era seu médico de família e seu enfermeiro."

O tempo fez surgir nos moradores o sentimento de pertencimento ao espaço. O aposentado **Francisco Rodrigues**, de 69 anos, faz acompanhamento médico no posto e consegue responder, sem pestanejar, quais são os profissionais responsáveis pelo seu atendimento. "Minha equipe médica é o Conjunto Esperança e a enfermeira que me acompanha é a dona Nadir. Hoje o atendimento está muito bom e o espaço também, tudo está muito diferente", diz, enquanto recebe os cuidados de Nadir.

Sobre o progresso e os problemas enfrentados recentemente, Thiago Wendel diz que "em 2016, a popu-



CMS da Vila do João passou por reformulação para ser um equipamento reconhecido pela população da comunidade

lação sabia quem era quem, e a Maré foi contemplada com 100% de cobertura e um acesso à saúde muito bom. Depois de 2016 sofremos o desmonte da saúde, com profissionais sendo mandados embora, salários atrasados, unidades precárias. Esse prejuízo no sistema de saúde impactou de forma geral o Rio de Janeiro e, conseqüentemente, a Maré”.

Onde ir quando ficar doente

A gerente do CMS da Vila do João, Patrícia Soares, explica a diferença do atendimento das unidades de saúde: “Aqui no CMS da Vila do João somos da atenção primária de saúde. Se chega algum paciente com febre ou pressão alta, por exemplo, atendemos aqui na unidade. Mas se tem uma pessoa com dor aguda na barriga, que pode ser apendicite. ou dores no peito que são indicativos de infarto, é na UPA. Lógico que não vamos deixar de acolher nenhum caso que chegue, mas há situações que fogem do nosso escopo.”

Preciso de atendimento médico: onde devo ir?

UPA Maré - A unidade estadual de saúde faz parte da Rede de Atenção às Urgências. Nas Unidades de Pronto Atendimento são atendidos os casos de complexidade intermediária, “compondo uma rede organizada em conjunto com atenção básica, atenção hospitalar, atenção domiciliar e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192”, como informa o governo do estado do Rio. Em casos específicos, o paciente pode ser encaminhado para um hospital da rede de saúde, para realização de procedimento de alta complexidade.

Endereço: Rua Nove, 4880 - Vila do João. De segunda a domingo, 24h

CMS Américo Veloso, CMS Vila do João, CMS João Cândido, CF Augusto Boal, CF Adib Jatene, CF Jeremias Moraes da Silva, CF Diniz Batista dos Santos - Apesar da diferença na nomenclatura, os Centros Municipais de Saúde (CMS) e as Clínicas da Família

(CF) oferecem serviços de atenção primária: consultas individuais e coletivas, visita domiciliar, saúde bucal, vacinação, pré-natal; exames de raios-x, eletrocardiograma, exames laboratoriais, ultrassonografia, curativos, planejamento familiar, vigilância em saúde, teste do pezinho, vacinação, tratamento e acompanhamento de pacientes diabéticos e hipertensos.

Endereços

CMS Américo Veloso: Rua Gerson Ferreira, 100 - Ramos. De segunda a sexta, das 7h às 18h; sábados, das 8h às 12h.

CMS Vila do João: Rua 17 S/N - Vila do João. De segunda a sexta, das 7h às 18h; sábados, das 8h às 12h

CMS João Cândido: Avenida. Lobo Júnior, nº 83 - Marcílio Dias. De segunda a sexta, das 7h às 17h.

CF Augusto Boal: Avenida Guilherme Maxwell, 901 - Bonsucesso. De segunda a sexta, das 7h às 18h.

CF Adib Jatene: Avenida Bento Ribeiro Dantas, S/N - Vila do Pinheiro. De segun-

da a sexta, das 8h às 17h

CF Jeremias Moraes da Silva: Rua Teixeira Ribeiro, s/n - Nova Holanda. De segunda a sexta, das 7h às 16h

CF Diniz Batista dos Santos: Avenida Brigadeiro Trompowski, SN - Parque União. De segunda a sexta, das 7h às 18h; sábados, das 8h às 13h

CAPS - Os Centros de Atenção Psicossocial são unidades especializadas em saúde mental, prestando atendimento interdisciplinar através de equipe multiprofissional, para a reinserção social de pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e/ou com transtornos mentais decorrentes do uso prejudicial de álcool e/ou outras drogas. Por isso, elas são específicas para tipos de transtorno e faixas etárias atendidas

CAPS II Carlos Augusto da Silva (Magal) - Atende apenas adultos.

Endereço: Avenida Dom Helder Câmara, nº 1.390, fundos - Manguinhos. De segunda a sexta, de 8h às 17h

CAPSi II Visconde de Sabugosa - Centro de atendimento a crianças e adolescentes.

Endereço: Avenida Guanabara, s/n - Praia de Ramos. De segunda a sexta, das 8h às 17h.

CAPSad III Miriam Makeba - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas.

Endereço: Rua Professor Lacê, 485 - Ramos. De segunda a domingo, 24h.

GABRIELINO

Viagem pela história através da imagem

Morador da Roquete Pinto, o fotógrafo **Jean Victor**, de 30 anos, é também historiador. Este mês ele é o responsável pelo painel de fotos do Maré de Notícias. Seu trabalho acompanha o crescimento das regiões de Roquete Pinto e Praia de Ramos.

“A fotografia é a minha principal ferramenta para explorar o território. Trabalho a integração do morador com o local. Quero resgatar o histórico do lugar para que os mais novos tenham consciência crítica. É muito legal revelar o cotidiano das localidades, apresentar um território rico, o que muitas vezes é ignorado nessa cidade maravilhosa. Esse é o retorno do conhecimento para a favela, um incentivo a continuar”, explica.

Os frequentadores do Piscinão já foram agraciados com uma amostra de seu trabalho: uma exposição de cartazes lambe-lambe (aqueles pôsteres colados em paredes e muros). Imagens de crianças realizando os tradicionais pulos nas águas do Piscinão foram publicadas nas redes sociais.

Fragmentos de uma Maré é um projeto que envolve tanto fotos como oficinas. O acervo de Jean Victor já conta com cinco mil imagens, que serão catalogadas e entregues a alguma instituição da Maré. Suas fotos resgatam, preservam e difundem a memória, a identidade e a representação das duas favelas.





Cesta básica: combate à fome corroído pela inflação

Presidente Jair Bolsonaro será o primeiro presidente do país a deixar um salário mínimo com menor poder de compra do que quando entrou

DANIELA LOPES, GIULIA COSTA, JORGE MELO E JULIA SILVA

De acordo com a ideia Original (via decreto de 1938 baixado assinado por Getúlio Vargas), a cesta básica seria um dos principais componentes da definição do valor do salário mínimo: este deveria ser capaz de comprar, para uma família de quatro pessoas, carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana), açúcar, banha/óleo e manteiga. Infelizmente, a inflação vem corroendo o poder de compra do salário mínimo e, por extensão, o valor da cesta básica: em junho, por exemplo, ela custava R\$ 777,01 em São Paulo — a mais cara do país.

O músico **Cleyton Esteves da Silva**, 42 anos, morador da Nova Holanda, sentiu no bolso a inflação devorando a comida que compra mês a mês: “Desde o início do ano senti mais dificuldade ao fazer as compras. Antes fazíamos supermercado por mês, agora compramos de acordo com a necessidade”.

Casado e pai de três filhos, ele tem uma renda mensal em torno de R\$ 2 mil, e a inflação forçou um ajuste nas compras: para garantir a alimentação da família, com a disparada dos preços de produtos essenciais como óleo de soja (entre R\$ 8,99 e R\$ 11,99) e o leite (de R\$ 8,99 a R\$ 10,98),



Para efeito de comparação, em São Paulo, cidade com valor mais alto do país, a cesta custava R\$ 777,01 em junho o orçamento familiar ficou mais apertado.

“Carne, por exemplo, está impossível consumir, só se aparecer uma promoção. Meus filhos adolescentes foram os que mais reclamaram. São jovens, gostam de estar na moda. Mas até as idas ao barbeiro foram reduzidas”, diz. Cleyton também optou por marcas mais baratas de “feijão, arroz, vários produtos. Procuramos as marcas mais em conta, e mesmo assim ainda fica pesado. Com dois adolescentes o consumo é alto”.

A moradora do Parque União **Sherley Mudesto**, 50 anos, anda apreensiva com a alta dos preços dos produtos que compõem a cesta básica. Ela tem 50 anos e renda irregular — trabalha

como faxineira e também faz bolos para sustentar os quatro filhos, estudantes de idades variadas. “Desde o ano passados os preços estão aumentando muito; de lá para cá o gasto mensal com alimentação aumentou 50%”, reclama.

Shyrlei reduziu o volume das compras, passou a consumir marcas mais baratas e cortou gastos com a casa e a família: “Os filhos menores reclamam porque as crianças não entendem quando a gente diz que não pode comprar alguma coisa.”

Cesta básica X salário mínimo

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) comparou o valor da cesta básica entre junho

de 2021 e junho de 2022; o aumento registrado oscilou entre 13,34% (em Vitória, no Espírito Santo); e 26,54% (Recife, em Pernambuco). O Rio de Janeiro ficou em quarto lugar entre os maiores aumentos da cesta básica em 12 meses: 18,39%. Na capital fluminense, ela vale hoje R\$ 733,14, o que equivale a 65,99% do salário-mínimo. Para adquirir sua cesta básica o carioca precisa trabalhar 133 horas — ou seja, quase seis dias.

No acompanhamento anual, a entidade registrou também aumento dos 13 alimentos da cesta em nove das 17 capitais incluídas na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNC-BA) — essa amostragem serve para que a entidade



Cesta básica seria um dos principais componentes da definição do valor do salário mínimo: este deveria ser capaz de comprar, para uma família de quatro pessoas

calcule mensalmente a variação dos preços do que o brasileiro come.

Se o valor da cesta básica na prática foi corroído pela inflação, isso significa que o mesmo aconteceu com o valor de compra do salário mínimo. **Paulo Jäger**, supervisor do Dieese, explica que “o salário mínimo é corrigido pela taxa de inflação, que resulta da variação média dos preços dos produtos que as famílias consomem, dentre eles, os preços dos alimentos.”

Por essa razão, a cesta básica, informalmente, se transformou em referência para medir o poder de compra da população de menor renda, na qual o maior impacto no orçamento familiar é a compra de alimentos.

Segundo o economista **Matheus Peçanha**, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, “em qualquer movimento inflacionário, os mais pobres sempre são os que mais sofrem, ainda mais quando o processo inflacionário incide sobre os alimentos, como foi em 2020 e 2021. E agora, apesar de uma inflação mais disseminada em outros itens, os alimentos ainda figuram como dos mais atingidos.”

Matheus explica que “não existe um padrão formal ou legal para a composição dos itens da cesta básica”. Nos estados, em função das diferenças

econômicas, sociais e culturais, os itens que compõem a cesta básica podem ser diferentes.

A medida da pobreza

O salário mínimo vigente é de R\$ 1.212,00 — um reajuste de 10,18% em relação ao de 2021. Mesmo assim, em valores reais, é o menor desde o Plano Real. Ou seja, o presidente Jair Bolsonaro será o primeiro presidente a deixar um salário mínimo com menor poder de compra do que quando entrou. De 1994 a 2014 (ano em que o salário mínimo chegou a US\$ 308,09) houve um ganho real de 72,31%, o que beneficiou 48 milhões de pessoas, de acordo com o DIEESE. Atualmente, o salário mínimo vale US\$ 214.

Segundo a diretora do Centro de Estudos Sobre Desigualdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) **Celia Kerstenetzky**, “chegamos no Brasil à situação de o salário mínimo não ser sequer suficiente para cobrir a alimentação do trabalhador ou do aposentado, por não acompanhar a galopante inflação de alimentos.”

A economista explica que, “nos últimos anos, os reajustes do salário

mínimo mal têm acompanhado a alta dos preços (apenas a inflação passada), ou seja, o governo atual aboliu a política de valorização com aumentos reais, superiores à inflação, que tinha como objetivo trazer o mínimo para mais perto das necessidades básicas das famílias, e nada fez para proteger a população carente dos aumentos dos preços dos alimentos”.

O banco de dados da pesquisa da PNCBA, realizada desde 1959 pelo Dieese, apresenta os preços médios, o valor do conjunto dos produtos e a jornada que um trabalhador precisa cumprir, em todas as capitais, para adquirir a cesta. Os dados permitem conhecer, estudar e refletir sobre o valor da alimentação básica.

Segundo os cálculos do Dieese, para atender às necessidades básicas do trabalhador (não só alimentação como moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência), o salário mínimo em junho deveria ser de **R\$ 6.527,67**.

A discussão sobre cesta básica e poder de compra do salário mínimo é antiga e divide os economistas. Existe, no entanto, um consenso: o salário mínimo é insuficiente para dar conta das necessidades de um trabalhador, começando pela cesta básica, que é o direito a uma alimentação balanceada e de qualidade.

Segundo Matheus Peçanha, “monitorar o valor da cesta mais básica possível e utilizar esses dados para elaborar políticas públicas de transferência de renda já seria um avanço enorme na nossa assistência social”. Celia Kerstenetzky acredita que o governo tem condições de intervir, “seja regulando a oferta ou subsidiando o preço dos alimentos para a população de baixa renda, mantendo as políticas de valorização do salário mínimo e de combate à pobreza”.

GABRIELINO

Aborto legal no Brasil: conheça leis e direitos

Caso da menina de 11 anos que teve seu direito ao aborto violado revelou que a prática não anda conforme a lei estabelecida desde 1940

DANIELE MOURA*

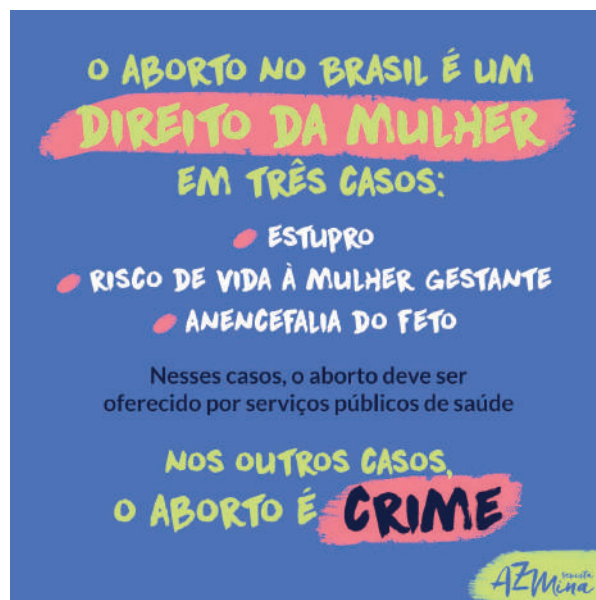
Desde 1940, toda brasileira tem direito ao aborto legal se for comprovado medicamente que a vida da gestante estiver em risco ou se for constatada anencefalia (má formação do cérebro) — direito esse garantido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012. A terceira hipótese que garante a interrupção da gravidez é se ela for fruto de um estupro, independentemente da idade da mulher. Porém, em 2021, quase 29 mil meninas até 14 anos foram mães — todas, segundo a lei, vítimas de estupro de vulnerável.

É direito da mulher de qualquer idade ser atendida em ambiente hospitalar, ou seja, por médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos. No universo do aborto legal por violência sexual não há relacionamento com o judiciário. Isso quer dizer que uma mulher grávida vítima de estupro não tem de encontrar juizes, policiais nem advogados. Ela não precisa registrar a ocorrência na delegacia, denunciar o agressor, conseguir laudos que comprovem a violência física nem ir ao IML — tampouco é necessária a autorização judicial; basta ir ao hospital de referência de sua cidade.

E isso é lei: a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, do Ministério da Saúde, destaca que o Código Penal não exige qualquer documento para a prática do abortamento nos casos de estupro, e que a mulher não é obrigada a noticiar o fato à polícia: “Deve-se orientá-la a tomar as providências policiais e judiciais cabíveis, mas, caso ela não o faça, não lhe pode ser negado o abortamento.”

Porém, mesmo tendo esse direito garantido, muitas mulheres não conseguem ser atendidas e realizar o aborto. O aumento da vigilância sobre os corpos femininos tem trazido consequências drásticas, como a falta de conhecimento sobre o direito de interromper a gravidez de forma segura e humanizada por equipes médicas.

Esse processo pelo qual quem deveria apoiar a mulher trabalha para que a lei não seja cumprida faz com que as vítimas que decidam não manter a gravidez



abortem clandestinamente, muitas vezes à custa de suas próprias vidas.

Muitas destas mulheres são intimidadas e até criminalizadas pelo simples fato de usufruírem de um direito garantido por lei. O resultado: dados do Sistema Único de Saúde (SUS) mostram que cerca de um milhão de mulheres abortam clandestinamente por ano, e 250 mil são internadas por conta das consequências de abortamento inseguro. Segundo levantamento realizado pelo jornal *Folha de S. Paulo* com informações do próprio SUS, para cada menina de menos de 14 anos que consegue abortar legalmente, outras 11 são hospitalizadas com complicações por conta de abortos fora de ambiente seguro.

Os hospitais brasileiros devem atender mulheres que dão entrada com complicações por aborto, seja ele espontâneo ou não. Vale lembrar que tudo o que é dito ao profissional de saúde é sigiloso. Por isso, médicos e enfermeiros não podem denunciar mulheres que fizeram aborto ilegal — o que não impede que muitos o façam, sujeitando a mulher a um processo policial e judicial.

Aborto não tem idade

O Código Penal Brasileiro não determina o prazo máximo para a interrupção da gravidez; a idade gestacional hoje limitante é determinada por uma norma técnica de 2012 do Ministério da Saúde, que não tem força de lei. Porém,

ela é usada para dificultar o acesso ao aborto legal ao orientar que ele seja feito apenas em gestações de até 22 semanas; além disso, o médico tem que priorizar a vida do feto.

A interrupção da gravidez não é algo complexo, do ponto de vista médico, mas tem sido do ponto de vista moral nesses tempos mais conservadores. Com isso, organizações de mulheres têm trabalhado para garantir a interrupção da gravidez com segurança. É o caso do Milhas pela vida das Mulheres, uma iniciativa de ação direta, garantindo o acesso ao aborto seguro e legal para as mulheres brasileiras.

“Nós do MILHAS não tratamos com nada clandestino ou ilegal. E só podemos ajudar nas situações previstas na lei brasileira. Encaminhamos as mulheres para os serviços de aborto legal mais corretos, acolhedores e respeitosos, com equipes que agem sob as diretrizes da Constituição Cidadã de 1988. Muitas vezes, precisamos ajudar a mulher a viajar pra outra cidade ou estado em busca desse acolhimento, inclusive assumindo os custos”, explica a fundadora **Juliane Reis**, em depoimento ao site da entidade.

Os números da CRIMINALIZAÇÃO desde a fundação do MILHAS, em 28/09/2019*

(FONTE: Pesquisa Nacional de Aborto e Ministério da Saúde)

1.347.229

mulheres abortaram

673.122

mulheres foram internadas por complicações ligadas a aborto inseguro

R\$ 13.491.989,13

foram gastos pelo SUS com complicações ligadas a aborto clandestino

3.939

mulheres morreram por aborto inseguro

Antes do aborto

É necessário confirmar a gravidez com o exame de sangue Beta-HCG e fazer um ultrassom para verificar o tempo da gestação e se o feto está no útero. Caso de trate de uma gravidez extrauterina, a mulher corre risco de morrer, e a interrupção da gestação é assegurada pela lei. Com o laudo médico em mãos, a gestante deve procurar um hospital de referência.

Em casos de estupro, a vítima não precisa registrar boletim de ocorrência ou fazer qualquer exame que ateste o crime ou laudo do Instituto Médico Legal (IML); basta se dirigir à unidade de saúde. É importante lembrar que gravidez decorrente de estupro engloba todos os casos de violência sexual, ou seja, qualquer situação em que o ato sexual não foi consentido, mesmo que não ocorra agressão. Isso inclui, por exemplo, relações sexuais nas quais o parceiro retira o preservativo sem a concordância da mulher.

ABORTO LEGAL

Achar unidades de saúde que ofereçam esse atendimento de forma legal tem sido cada vez mais difícil. De acordo com o DataSus, 40% das mulheres que abortaram tiveram que viajar para outra cidade para ter acesso a esse direito. Foi por isso que foi criado o Mapa do Aborto Legal, que mostra todos os hospitais que fazem o procedimento no Brasil. Na cidade do Rio são eles a Maternidade-Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Laranjeiras; o Hospi-

tal Maternidade Fernando Magalhães, em São Cristóvão; e a Maternidade Carmela Dutra, no Méier.

Lá haverá o atendimento psicológico onde será explicado o que vai ser feito e os riscos envolvidos. A equipe também confirmará a livre iniciativa da mulher — se alguém estiver forçando-a a abortar, a mulher pode pedir ajuda e fazer a denúncia pelo número 180.

MÉTODOS DE ABORTAMENTO

A mulher que busca um aborto legal no Brasil tem a possibilidade de fazer uma aspiração intrauterina no hospital ou tomar o Misoprostol (mais conhecido como Cytotec, seu nome comercial), dependendo da idade gestacional e de outros fatores de saúde.

ABORTO COM REMÉDIOS

Não é toda mulher que pode fazer o abortamento farmacológico, ou seja, induzido pelo medicamento Misoprostol. Este remédio pode ser tomado com segurança por mulheres com gestação de até 23 semanas, com acompanhamento de um profissional de saúde.

ASPIRAÇÃO INTRAUTERINA

O aborto cirúrgico só pode ser feito em gestações de até 12 semanas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda a aspiração manual intrauterina (AMIU), considerada mais segura que a curetagem (raspagem do interior do útero). No procedimento da aspiração, cânulas de plástico são usadas para esvaziar o útero. A anestesia é local ou a mulher toma apenas remédios para dor, não havendo necessidade de anestesia geral.

CURETAGEM APÓS DILATAÇÃO

A curetagem não é um procedimento recomendado pela OMS; no entanto ela ainda é feita no Brasil em casos nos quais o tempo da gestação é maior que 12 semanas. O procedimento, realizado em centro cirúrgico, dura em torno de 30 minutos e a mulher pode ser liberada no mesmo dia.



DEPOIS DO ABORTO

É possível sentir dor após o procedimento, com a necessidade de administração de medicação específica. Não é recomendado ter relações sexuais se há sangramento. Outra recomendação é de as mulheres receberem informações sobre métodos contraceptivos para evitar uma nova gravidez indesejada.

Para abortos realizados ainda no primeiro trimestre e sem complicações, a OMS considera seguras as seguintes opções de contraceptivos: pílula, adesivo, anel, implante ou injeção anticoncepcional; dispositivo intrauterino (DIU) de cobre ou hormonal; diafragma; e camisinha (masculina e feminina).

**Com informações coletadas pela equipe da Azmina*



Aproveitamento integral dos alimentos dribla a fome

Oficina de gastronomia marca o encerramento do projeto Impacto de Vida

ADRIANA PAVLOVA

A pandemia de covid-19 arrastou cerca de 14 milhões de brasileiros de volta para o mapa da fome. Hoje, 33 milhões de pessoas no país não têm o que comer todos os dias, número que quase dobrou desde o início da crise sanitária, em 2020. Enquanto o Brasil conhecia esses dados assustadores, 77 mulheres da Maré aprendiam como aproveitar alimentos de forma integral, em oficinas ministradas por instrutoras do curso de gastronomia Maré de Sabores, da Casa das Mulheres. As aulas marcaram o encerramento do projeto Impacto de Vida, um desdobramento dos aprendizados da campanha *Maré diz NÃO ao coronavírus*, articulada pela Redes da Maré com diferentes parceiros.

Nas aulas que aconteceram na cozinha da sede na Redes no CIEP Gustavo Capanema, na Vila do Pinheiro, e na Casa das Mulheres, no Parque União, as participantes cozinharam, junto com as professoras Adriana Moreno e Lívia Santos, quitutes como pão árabe de frigideira, bolinho de arroz, sopa de abóbora com chips de alho-poró, salada de feijão, conserva de beterraba, molho pesto feito com talos de espinafre e doce de banana com maracujá.

Se muitas alunas estavam tímidas no começo, aos poucos — cortando legumes e temperos, descobrindo ingredientes nunca usados como o alho-poró, medindo farinha, refogando e fritando juntas — elas



Professora Adriana Moreno (ao centro) durante a uma das aulas realizadas na oficina de gastronomia Impacto de Vida

foram ganhando intimidade e se soltando para terminar tudo com uma deliciosa degustação de sabores nem sempre conhecidos.

Moradora da Vila do João, **Érica de Fátima** saiu da aula feliz com a experiência e disse ter gostado do que poderá fazer daqui para frente para tornar a comida do dia a dia mais saborosa e saudável.

“Aprendi que a gente não joga os talos das folhagens fora e também pode fazer caldo de legumes caseiro, evitando comprar aquele caldo pronto para dar gosto na comida. Nunca tinha imaginado fazer um pão na frigideira, que é muito prático. Também aprendi que a sobra de pão francês pode ser transformada na farinha panko, usada para empanar o bolinho de arroz”, diz.

Mãe de um menino de

4 anos e de uma garota de 14, Érica teve que mudar drasticamente o cardápio de sua casa durante a pandemia porque foi demitida da creche onde trabalhava; o marido, que é porteiro, sofreu corte de salário. Para ela, o cesta de alimentos entregue pelo *Impacto de Vida* fez muita diferença para manter as refeições diárias. “A cesta ajudou muito, principalmente os alimentos orgânicos, porque a gente não estava mais comprando nada de verdura. Até dava para comer mas faltava legume e fruta”, conta.

Já **Antônia Adriana Rodrigues da Silva**, também moradora da Vila do João, aproveitou a oficina para cozinhar ao lado da filha Camila. Ela perdeu o emprego num restaurante self-service na Maré por conta da pandemia e hoje

faz bico numa lanchonete perto de casa. Mãe solo de três, Antônia chegou a sofrer com falta de comida na época em que as escolas ficaram fechadas.

“Todo mundo estava em casa e teve dias que não tínhamos o que comer. Minha irmã me ajudou e depois, com sorte, encontrei com a assistente social da Redes da Maré na rua. Até então não conhecia a Redes. Fui entrevistada, passamos a receber a cesta de alimentos e as crianças ganharam o tablet para se conectarem com a escola. Depois que as aulas presenciais foram suspensas, eles não tinham qualquer contato com os professores”, relembra.

Criatividade na cozinha

A experiência na oficina de aproveitamento integral de alimentos animou



PATRICK MARINHO

Ideia de uma oficina de gastronomia para marcar o fechamento do Impacto de Vida partiu das participantes do projeto, que teve como principais beneficiárias mulheres responsáveis por seus domicílios

Antônia a participar do processo seletivo para as aulas regulares do curso de gastronomia Maré de Sabores, na Casa das Mulheres, no segundo semestre: “Eu amei a aula. Tudo ficou muito gostoso e a gente aprendeu a não jogar nada fora. Muita coisa me surpreendeu, como conseguir fazer gelatina natural com a casca do maracujá (ao ser cozida na panela de pressão rapidamente, a casca ganha uma textura gelatinosa e pode ser usada em doces para dar mais consistência). Eu já gosto de inventar na cozinha e agora vou inventar muito mais.

Segundo ela, atualmente sua família não consegue comer carne todos os dias e, quando dá, é frango, ovo ou salsicha.

Assim como Antônia, outras participantes das oficinas de conclusão do *Impacto de Vida* também foram atraídas pela possibilidade de participarem do curso Maré de Sabores. As aulas foram

uma clara porta de entrada para tudo que acontece na Casa das Mulheres, que a maioria nunca tinha ouvido falar até começar a receber as cestas de alimentos.

Hoje, depois de 12 anos de histórias, o curso Maré de Sabores é muito mais do que uma formação em gastronomia; é a possibilidade de alargar a visão sobre segurança alimentar, mostrando a importância da mudança cultural do hábito de nutrição, apostando no produto in natura e discutindo o alto consumo de alimentos ultra processados.

A chance de qualificação em gastronomia apresentada às participantes do *Impacto de Vida* é, assim, o início de uma mobilização mais ampla, como explica **Mariana Aleixo**, coordenadora da Casa das Mulheres e do Maré de Sabores: “É muito importante o papel da Casa das Mulheres no processo. A partir de um desejo de formação, de geração de renda, essa mulher da Maré

tem a chance de ter um trabalho, conquistar autonomia e, naturalmente, vai começar a problematizar questões subjetivas, que até então não conseguia elaborar.”

Segundo ela, “a Casa das Mulheres oferece suporte psicossocial e jurídico para as demandas individuais dela e conta ainda com uma frente de direitos sexuais e reprodutivos”.

Aproveitamento total

A ideia de uma oficina de gastronomia para marcar o fechamento do *Impacto de Vida* partiu das próprias participantes do projeto, que teve como principal beneficiárias justamente mulheres (84,5%) responsáveis por seus domicílios — a maioria, pretas e pardas (70,6%) com idades entre 20 e 49 anos (67,3%).

Durante um encontro reunindo as famílias do projeto em outubro de 2021, surgiu a demanda por alguma atividade ligada à alimen-

tação, já que a entrega das cestas, incluindo alimentos orgânicos, foi um pilar estruturante do *Impacto de Vida*, como explica a coordenadora da equipe de apoio ao luto, **Laís Araujo**.

“Além de apresentar e dar acesso a outros projetos da Redes no momento em que o *Impacto de Vida* conclui seus trabalhos, outro ponto positivo das oficinas é que muitas vezes, na entrega das cestas, recebíamos o retorno de que as famílias não conheciam alguns orgânicos. Nas oficinas houve tanto a chance de conhecer alimentos pouco usuais para elas, como o alho-poró, como também descobrir como aproveitar integralmente legumes como a beterraba.”

O projeto *Impacto de Vida* teve como objetivo acompanhar famílias marceenses a médio prazo, com entrega mensal de cesta alimentícia e quinzenal de frutas e legumes orgânicos; distribuição de tablets e de chips para que crianças e adolescentes tivessem acesso às aulas remotas, aos professores e aos deveres; e atendimento psicossocial a mulheres que perderam familiares para a covid-19.

De julho de 2021 a maio de 2022, 308 famílias receberam alimentos, 264 tiveram suporte para a conectividade e 66 contaram com apoio no luto, com acompanhamento regular de psicóloga e assistente social. Na retaguarda do *Impacto de Vida*, havia uma equipe multidisciplinar formada por 16 mulheres, muitas delas moradoras da Maré.

Confira os destaques no site do

Maré de Notícias

(<https://mareonline.com.br>)

✓ Uma pessoa negra tem 4x mais chances de ser abordada por policiais, revela estudo

Pesquisa aponta que Forças de segurança do Rio e de São Paulo atuam contra Declaração Universal dos Direitos Humanos.

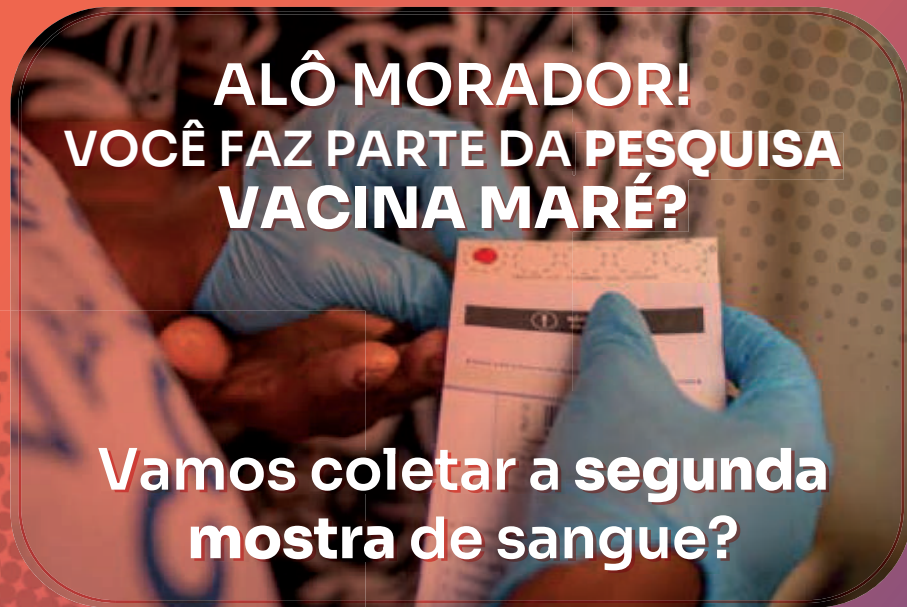
Para ler acesse <https://bit.ly/3zFNXjp> ou escaneie o código QR ao lado.



✓ Operação no Complexo do Alemão resulta em mais uma chacina

Mais de 20 pessoas mortas foram mapeadas pela Defensoria Pública e organizações locais.

Para ler acesse <https://bit.ly/3z7M6CA> ou escaneie o código QR ao lado.



**ALÔ MORADOR!
VOCÊ FAZ PARTE DA PESQUISA
VACINA MARÉ?**

**Vamos coletar a segunda
mostra de sangue?**

LOCAIS DE COLETA:

Unidades de Saúde da Maré
(a equipe está com a camiseta da pesquisa)

Galpão Ritma
(Rua Teixeira Ribeiro, 521 Parque Maré)
das 9h às 16h

Dúvidas? Mande mensagem:

(21) 99924-6462

Sua participação é fundamental para saber mais sobre a proteção da vacina e novas variantes.

PESQUISA
VACINA MARÉ

É a Maré fazendo parte da luta global contra o coronavírus!



PALAVRAS CRUZADAS

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Diz-se do bife malpassado	O trevo de quatro folhas	1	Dona Ivone (?), sambista carioca	Cada item da chamada escolar	Sua capital é Porto Velho (sigla)	Garupa de animal	2	Não quer escutar (fig.)	Aquela que faz discurso na formatura
Disparo de arma de fogo	3	2	4	5	6	7	4	8	9
8	10	6	9	Prêmio do Cinema americano	9	3	11	2	6
Órgão que produz o leite para o bebê	12	2	12	2	Planta da caatinga	Proteção do livro	11	2	13
Primeira consoante do alfabeto	B	Esportistas do tatame	7	4	8	6	2	Gostei muitíssimo	2
Item da maquiagem	9	J	Passa para dentro	Explorador de minas	Estaciono (o carro)	Lação da gravata	13	2	6
10	1	15	12	10	4	2	14	9	6
12	9	14	10	11	9	Sufixo de "poderosa"	9	3	2
Reduzido (o preço)	Proprietário	14	9	4	9	Canto em grupo	Ditongo de "caule"	9	6
F	2	11	7	Gesto típico de despedidas	2	14	7	15	3
Rosto; semblante	Festa literária	3	2	6	2	15	(?) Pitanguy, cirurgião	10	9
13	9	3	2	6	Serviço de Atendimento ao Cliente	5	Terminal de trens	Opõe-se a "out"	10
Agir como a modelo	Andar como o cavalo	6	6	9	8	2	6	Forma da estrada sinuosa	9
6	7	8	6	9	11	7	3	3	9

10



Solução

O	S	S	E	C	O	R	T	E	R
I	O	V	A	T	O	R	T		
E	D	U	S	D	S	O			
N	I	G	R	V	A	S	O	D	
O	A	I	U	V	A	S			
S	N	E	D	V	E	C	V	F	
O	H	0	O	N	O	D			
V	S	O	O	C	I	D	O	W	
H	O	D	V	N	I	W	N	T	I
O	H	V	P	N	E	F	O		
D	V	A	V	G	N	E	B		
V	A	V	C	A	M	A	W		
R	A	R	C	A	S	O	R	T	I
O	T	N	E	G	N	S			
A									

Circuito Falando Sobre Segurança Pública na Maré

Temática da 1ª edição: "Segurança pública e violências: contradições, controle social e desafios para garantia de direitos estruturantes". O evento é aberto ao público em geral.

Data: De 10 a 12 de agosto

Local: Lona Cultural Municipal Herbert Vianna (Lona Cultural da Maré)

Para participar, inscreva-se no link ou escaneie o QR code ao lado: <https://bit.ly/3zitKic>

